

A territorialidade Caiçara na zona histórico-cultural- antropológica (extremo norte do município de Ubatuba-SP)

Paula da Silva Bespalec

✉ paula.bespalec@ige.unicamp.br
IG/UNICAMP

Arlêude Bortolozzi

✉ arleude@unicamp.br
IG/UNICAMP

Palavras-chave: territorialidade, urbanização, grupos caiçaras

Na sociedade brasileira desde o período colonial, a valorização diferente dos espaços objetivava a satisfação de interesses externos, no âmbito capitalista, e promovia uma fragmentação territorial, sem uma preocupação com a unidade. Ao longo da história esse processo foi se alterando, mas a essência dos interesses foi continuada.

A formação do litoral norte do estado de São Paulo se insere nesse processo, tendo como base para sua constituição a participação nos ciclos econômicos mercantis, o que conferiram à região períodos de inclusão e de isolamento a depender dos interesses da política econômica mundial. Fato observado até o final do século XIX com o declínio da economia cafeeira nesta região (LUCHIARI, 1999).

De acordo com Luchiari (1999), do início do século XX até a década de 1950 a configuração dessa área se limitou “ao modo de vida tradicional caiçara”, o qual nos períodos posteriores encontrou fatores que influenciaram na sua organização sócio-espacial.

A pequena produção agrícola realizada nos sertões (área entre a Serra do Mar e a orla Marítima), a comercialização dos excedentes através das canoas de voga para as outras áreas do litoral, o artesanato e a pesca artesanal caracterizaram esse período e contribuíram para a reprodução social dos caiçaras. Havia uma relação sócio-espacial estabelecida, principalmente no que se refere à relação dessas comunidades com os seus territórios. “As roças, as casas, os pontos e os ranchos de pesca, a praia, a capela, o sertão, as trilhas... todos esses lugares remetiam a um conteúdo sócio-espacial específico!” (LUCHIARI, 1999, p.93).

A partir da década de 1950 acelerou-se o processo de urbanização no território brasileiro que priorizou certas áreas, com destaque para aquelas do entorno dos eixos industriais e acabou por criar diferenças sócio-espaciais marcantes entre as diversas regiões do país. O crescimento das grandes cidades acabou por não trazer benfeitorias para a totalidade da população, culminando num movimento migratório para as cidades menores em busca de melhores condições de vida. No entanto, esse crescimento desorganizado acabou por diminuir a qualidade de vida das populações com melhor poder aquisitivo nos grandes centros, as quais começaram a buscar áreas menos urbanizadas para um maior contato com a natureza preservada, seja para viver ou para os momentos de lazer. Destacase, nesse momento, o início da organização da atividade turística no Litoral Norte, propiciado, em grande parte pela melhoria da infra-estrutura viária na região, com destaque para a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 70, vetor de modernização e item facilitador para a inserção do turismo e do setor de serviços no litoral norte. Juntamente com a criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em 1977¹, de sua ampliação em 1979, incluindo o Núcleo Picinguaba – área que mais concentra as comunidades tradicionais, incluindo os caiçaras – bem como o Tombamento da Vila de Picinguaba pelo CONDEPHAAT², em 1983; uniram-se fatores que interferiram e resultariam em transformações na territorialidade caiçara.

Em anos recentes, foi proposto um zoneamento que inclui a região da Serra do

¹ O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado através do Decreto nº 10.251 (SÃO PAULO, 2005/2006).

² Processo nº 20130/1976 – “Tombamento dos aglomerados humanos ou unidades de habitação de Picinguaba, Ubatuba” (ÂNGELO, 1992, p.61).

Mar (PESM) elaborado em 2005/2006, no qual foi estipulada a Zona Histórico-Cultural-Antropológica (com cerca de 1.076 há – 0,37% da área do Parque – de acordo com dados apresentados no Plano de Manejo). Esta zona inclui – dentro do Núcleo Picinguaba (Ubatuba) – as comunidades de caiçaras e quilombolas do Cambury, os caiçaras de Ubatumirim, do Sertão da Fazenda e da Vila de Picinguaba. Localidades onde residem há várias gerações, famílias caiçaras e/ou quilombolas, as quais sofrem, principalmente, pela especulação imobiliária que visa a aquisição de suas terras para fins turísticos (SÃO PAULO, 2005/2006).

Os objetivos da implantação da Zona Histórico-Cultural-Antropológica se alicerçam na tentativa de usos que possibilitem a coexistência da preservação ambiental e do modo de vida tradicional, sendo que o poder público almeja a mudança de categoria dessa parte da Unidade de Conservação, passando a classificá-la como de uso sustentável. Na área de abrangência da Zona Histórico-Cultural-Antropológica são estipulados para os moradores usos permitidos e proibidos que acabam por interferir em suas atividades cotidianas e impor limites físicos ao seu modo de vida; porém essas limitações já foram construídas com a criação do Parque no final da década de 70 e, considerando todos as interferências sofridas por essas comunidades tradicionais devido aos fatores citados ao longo do período histórico, questiona-se acerca das peculiaridades atuais que ainda caracterizam essas comunidades enquanto tradicionais.

Constatou-se, dentro do contexto histórico apresentado, uma certa transformação e descaracterização dessa cultura caiçara que está sendo destacada no Plano de Manejo, o que causa indagações a respeito dos verdadeiros objetivos e propostas dentro da implantação da Zona Histórico-Cultural Antropológica. De acordo com a concepção apresentada no Plano:

serão considerados tradicionais os moradores efetivos cujas famílias tenham origem de várias gerações nestas mesmas localidades, e cuja ocupação ou sobrevivência esteja diretamente relacionada às atividades de agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e outras tecnologias patrimoniais, bem como atividades que contribuam para o fortalecimento sócio-cultural da comunidade ou para alternativas econômicas compatíveis com o seu desenvolvimento sustentável. Um dos subsídios para esta definição são os laudos técnicos das instituições competentes” (SÃO

PAULO, 2005/2006, p. 278).

Algumas políticas governamentais, com destaque para os projetos de modernização criados pelo Estado, e as normatizações impostas pela política ambiental, além do papel realizado por agentes hegemônicos veiculadores de ações verticais, não consideram os significados do território, bem como suas diferentes formas de abordagem, para os diferentes grupos sociais, e acabam por implementar mudanças no espaço físico que interferem no cotidiano destas populações e na relação de identidade que estas possuem com o lugar onde habitam. É necessário entender que as realidades sociais estão influenciadas pelas características histórico-culturais dos grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado território e isso é relevante para a compreensão das dinâmicas desses lugares e contribuição para a inserção da totalidade da sociedade na “utópica” cidadania.

Diante disso, esse trabalho apresentará alguns resultados preliminares obtidos no desenvolvimento do mestrado que objetiva, principalmente a compreensão da territorialidade caiçara no litoral norte do estado de São Paulo, de grupos inseridos na Zona Histórico-Cultural-Antropológica estipulada pelo Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/2006) – com destaque para a Vila de Picinguaba – entendendo que essa parcela da população está mais relacionada ao contexto urbano, formando novas territorialidades na atualidade. Territorialidades estas que, por alguns setores da sociedade, ainda são tratadas enquanto “comunidades tradicionais”, sem levar em consideração o processo de urbanização pelo qual foram submetidas, os quais influenciaram na sua organização sócio-espacial. Pretende-se colaborar, dessa forma, para estratégias de desenvolvimento e construção de políticas públicas que respeitem efetivamente as comunidades locais e contribuam para inserção destas nos ditames da cidadania.

Uma abordagem territorial que dê conta da complexidade do período contemporâneo precisa avançar além dos dualismos trabalhados por algumas concepções científicas na análise da sociedade: “tempo-espaço, fixação-mobilidade, funcional e simbólico” (ARAUJO; HAESBAERT, 2007, p. 37); e dar atenção às relações e aos processos

responsáveis pelas territorializações; as diferentes temporalidades e velocidades em que a territorialização acontece e, a relação existente entre os territórios mais funcionais e aqueles em que há uma maior atuação do poder simbólico. E a territorialidade considerada enquanto o conjunto de características legitimamente necessárias à existência do território, nesse sentido, não pode ser reduzida somente à dimensão simbólico-cultural do território, como aparece em algumas vertentes mais estreitas da Geografia, devendo-se considerar para sua compreensão todos os fatores, processos, agentes e atores que participam da construção dos territórios e que resultam na totalidade social do período atual (ARAUJO; HAESBAERT, 2007).

Referências bibliográficas

ANGELO, Sueli. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 69, p. 61-73, 1992.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. 136p.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Instituto Florestal. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo, 2005/2006. Disponível em <<http://www.iflorestal.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2008.